

Título: Diagnóstico ambiental da construção civil em Campo Grande/MS: estudo de caso das microempresas e empresas de pequeno porte

Autor(es) Juliana Pintopires de Oliveira Escandolhero*

E-mail para contato: juliana.pires@estacio.br

IES: FESCG / Mato Grosso do Sul

Palavra(s) Chave(s): construção civil; sustentabilidade; gestão ambiental

RESUMO

A construção civil é responsável pela transformação do ambiente natural em ambiente construído e envolve etapas de extração, fabricação e fornecimento de materiais e serviços, execução da infraestrutura de saneamento, transporte, energia e de edifícios públicos e privados. O grande desafio para o setor em questão consiste em conciliar a construção de novos empreendimentos com a conservação ambiental, bem como racionalizar o consumo num contexto de demanda crescente por insumos, tais como água, energia e combustíveis. O objetivo deste trabalho é realizar um estudo de caso com Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), no município de Campo Grande/MS, com a finalidade de se obter um diagnóstico ambiental da construção civil, setor de construção de edifícios. A delimitação proposta em porte das empresas baseia-se em sua importância na cadeia, considerando-se que as mesmas configuram, além de executoras de obras, são prestadoras de serviços para outras empresas de maior porte. Considerando o tamanho e a importância dos seus impactos, a indústria da construção pode e deve contribuir com a busca de um desenvolvimento sustentável. Onde tradicionalmente tem sido considerado apenas o tripé tempo, custo e qualidade, deve-se passar a considerar também os aspectos ambientais como relevantes (BLUMENSCHNEIN, 2004). A pesquisa foi realizada a partir do levantamento de dados, na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS) e no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA MS), onde se constatou que 64,6% das sedes das empresas do estado que atuam no segmento em estudo encontram-se localizadas neste município, sendo que deste montante 35,7% são enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte. Das 479 empresas ativas em Campo Grande, 86 são enquadradas pela JUCEMS como ME e 85 como EPP. Foram localizadas 89 empresas, 49 eram EPP e 40 ME. O questionário aplicado foi concebido a partir de consulta de indicadores da Global Reporting Initiative e do Instituto Ethos para a construção civil, com adaptações convergentes ao objetivo deste trabalho. Desde a estruturação do questionário, coleta de respostas e consequente tratamento e análise estatística dos dados, adotou-se o software Sphinx Léxica 5.0. Na identificação da empresa, os respondentes, 63,6% eram oriundos de EPP e 36,4% de ME. Na caracterização, as empresas com mais de 10 anos de atuação representavam 50,0%. O aspecto positivo citado foi a geração de empregos (93,2%) e no aspecto negativo tem-se a baixa qualificação da mão de obra (90,9%). Quanto os materiais utilizados na execução dos serviços, 77,3% afirmaram controlar sua quantidade. Quanto ao uso de materiais reciclados 18,2% o utilizavam. A verificação de origem dos materiais em termos ambientais era realizada por 50,0% das empresas e 56,8% realizava o controle de perdas nas obras. Quanto a energia, 61,4% não possuía práticas implantadas de eficiência energética. 72,7% das empresas afirmaram não utilizar outras fontes de água além da concessionária pública. O local de descarte das águas residuárias era na rede pública de esgoto (54,5%). Quanto ao controle dos resíduos por tipo e método de disposição, 63,6% não o executava. 56,8% das empresas contemplavam em suas políticas tecnologias ambientalmente sustentáveis. Apenas 45,5% afirmou discutir com o contratante questões acerca da eficiência ambiental da obra. Quando questionadas se as empresas recorriam a especialistas para análise prévia de impacto ambiental, 52,3% afirmou positivamente. Foi diagnosticado, com base no instrumento proposto que o aspecto materiais foi o único com resultados positivos em termos ambientais por práticas adotadas pelas empresas respondentes. A relevância do setor da construção civil no crescimento e desenvolvimento do Estado e, da própria capital, Campo Grande, é latente e deve assumir suas responsabilidades com as questões ambientais e de sustentabilidade.